

Exm.º Senhor Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, na qualidade de entidade empossante.

- 1) Exm.º Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,*
- 2) Exm.ª Senhora Procuradora-Geral da República,*
- 3) Exm.ª Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados.*
- 4) Exm.ºs Senhores Vice-Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça,*
- 5) Exm.ªs Senhoras e Senhores Juízes Conselheiros,*
- 6) Exm.º Senhor Presidente do Tribunal da Relação do Porto,*
- 7) Exm.ª Senhora Chefe de Gabinete de Sua Ex.ª a Ministra da Justiça, por si e em representação da Senhora Ministra,*
- 8) Exm.º Senhor Chefe de Gabinete de Sua Ex.ª o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.*
- 9) Exm.ª Senhora Vice-Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra, por si e em representação do Exm.º Presidente,*
- 10) Exm.º Senhor Vice-Presidente do Tribunal da Relação do Porto,*
- 11) Exm.ª Senhora Procuradora-Geral Distrital de Lisboa,*
- 12) Exm.ªs Senhoras e Senhores Juízes Desembargadores Presidentes das Secções deste Tribunal,*
- 13) Exm.ªs Senhoras e Senhores Juízes Desembargadores,*
- 14) Exm.ªs Senhoras e Senhores Procuradores-Gerais Adjuntos,*
- 15) Exm.ºs Senhores Juízes Militares,*

16) Exm.º Senhor 2.º Comandante da Unidade de Apoio às Instalações Centrais de Marinha, por si e em representação do Senhor Comandante,

17) Exm.ªs Senhoras e Senhores Funcionários deste Tribunal,

18) Meus caros amigos das lides dos Tribunais e do Tribunal Militar de Marinha, da IGAL e dos bancos da escola,

À minha família,

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Ao Exm.º Presidente deste Tribunal da Relação, LUÍS MARIA VAZ DAS NEVES, e meu amigo de há muitos anos, tantos que nem direi, o meu sentido agradecimento pelas suas palavras e o meu protesto de que o mesmo será substanciado em actos.

A todos os presentes, o meu bem-haja pela distinção e amizade da vossa presença, certo que reconhecerão em mim e nestas palavras a mesma pessoa que sempre fui e, porventura, essas mesmas palavras.

Sem a veleidade de lhes dizer algo de novo, mas porque me parece importante que seja dito, quero aproveitar este acto para lhes deixar uma palavra de reflexão sobre a Justiça a que, de uma forma ou de outra, todos estamos ligados.

É comum ouvirmos dizer que o cidadão tem uma percepção negativa da Justiça.

Esta afirmação, que é ouvida e pronunciada nos mais diversos quadrantes sociais, alguns deles muito distantes, quer da realidade da justiça, quer da sua própria, para além de se esgotar em si mesma, pois a nada conduz, estrutura-se num axioma evidente e ideal, que nos apresenta o cidadão perante a justiça, com a mensagem subliminar de que esta o maltrata.

Ora, como sabemos e todos sabem, o cidadão nunca está sozinho perante a justiça.

Está em conflito com outro ou outros cidadãos, cada um assistido pelo seu mandatário, cada um apoiado por outros cidadãos, numa diversidade e conflitualidade de interesses em que se torna muito difícil agradar a todos. Por isso será sempre possível dizer que:

O CIDADÃO TEM UMA PERCEPÇÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA.

Sabemos nós que algum, ou alguns, terão uma percepção positiva, até muito positiva, da justiça, mas essa opinião, porque favorável, e normalmente dissociada de casos mediáticos, pode nunca chegar a ter visibilidade social.

Sabemos que os Tribunais Superiores Portugueses, entre eles, este Tribunal da Relação de Lisboa, muito têm contribuído pela

sua celeridade e pela qualidade das suas decisões para o equilíbrio do nosso sistema de justiça.

Mas, mais importante do que o equilíbrio desse sistema é a sua credibilidade social.

Por isso devemos trabalhar para o seu prestígio, para elevar a Justiça a um bem social, com a sua inquestionável inserção constitucional, permitindo não apenas a celeridade no acesso a todos os cidadãos, mas a sua realização no caso concreto, quer em matérias cíveis e do trabalho, quer em matérias penais, onde as questões assumem um maior impacto e difusão comunicacional.

A Justiça começa quando um cidadão consulta um advogado, quando inter-age com uma entidade policial ou outra autoridade pública e normalmente termina quando lhe é apresentada a nota de honorários.

Os advogados, como sabemos, são, com os Juízes e Ministério Público, a face imediata da justiça para o cidadão e têm de estar connosco, colaborando activamente na definição da justiça que queremos.

A justiça também está presente quando o cidadão se propõe consultar o seu processo ou saber que taxa de justiça vai pagar.

Por isso, os serviços públicos das diversas secções e secretarias dos Tribunais, bem como os serviços do Ministério da Justiça

terão de estar connosco na concretização da justiça, facilitando e dignificando a nossa função.

Os Juízes e os Magistrados do Ministério Público não podem alhear-se da emanação e interacção social dos seus actos. A Administração da Justiça é relacional, vive de e para as pessoas e não para si mesma.

Os funcionários dos Tribunais participam da Administração da Justiça e não podem ser vistos como se lá não estivessem ou a sua função fosse meramente burocrática. São eles o primeiro contacto dos Tribunais com o cidadão e a imagem que este retém desse contacto depende do modo como foi recebido.

O muito tempo que todos nós dedicamos ao exercício da nossa função faz-nos esquecer de nós mesmos, das nossas famílias, dos nossos interesses e até da própria imagem que queremos e devemos transmitir aos nossos concidadãos.

Neste aspecto, a comunicação social pode ajudar-nos na nossa dificuldade em comunicar, fazendo-o com um sentido crítico, sim, mas também norteadada pela necessidade de informar o cidadão e de informar com verdade, dando conta das fragilidades do próprio sistema e ajudando-nos, dessa forma, a melhorá-lo.

Afinal, ninguém gosta de parecer pior do que é, e a Justiça tem a sua quota-parte no ditado da mulher de César!

Por fim, gostaria de dizer, ainda, o seguinte:

Grande foi a responsabilidade que as Desembargadoras e os Desembargadores deste Tribunal da Relação de Lisboa lançaram sobre mim.

Não olharei para trás, não olharei para mim, farei o caminho com determinação, sem me guiar por interesses próprios e com uma única preocupação: corresponder aos anseios dos Colegas, procurando solucionar, dentro da esfera das minhas competências de Vice-Presidente, todas as questões que o Exm.º Presidente me delegar e for chamado a resolver.

Com a certeza de que tudo farei para não desmerecer a confiança que em mim depositaram.

Farei o caminho norteado, como me determinaram com o voto democrático, pelo interesse de todos!

Não posso, todavia, esquecer que este foi um significativo resultado eleitoral.

E porque de mandato se trata e neste momento me sinto mandatado para tanto, quero dedicar esta minha eleição, que é de todos, aos meus queridos Colegas:

1) Às Desembargadoras e Desembargadores que me elegeram, e que são todos aqueles que integram este Tribunal, pois assim mandam as regras democráticas.

Permitam-me um destaque especial às Colegas e aos Colegas que agora se apresentam a concurso para o Supremo, pois sei que se trata de uma aspiração legítima e que não é fácil, nesta fase da nossa vida, submetermo-nos a um processo de avaliação de mérito nos termos em que hoje a lei o define e regula.

2) Aos nossos entes queridos, os que nos acompanharam durante todos estes anos nas nossas alegrias e tristezas, sucessos e insucessos, alguns que nos vão deixando, a todos aqueles que nos acompanham e acompanharão, no percurso desta nossa vida profissional, apoiando-nos na amizade que devotamos uns aos outros, pois, afinal, parafraseando Fernando Pessoa,

SOMOS UNS PARA OS OUTROS UMA PARTE VITAL, porque visual e humana, DA SUBSTÂNCIA DAS NOSSA VIDAS.

E é por isso, Caros Colegas, que podem contar comigo!

Muito Obrigado Senhor Presidente e meu querido Amigo,

Muito Obrigado Caros Colegas,

Muito Obrigado a todos.

ORLANDO NASCIMENTO.

Lisboa e Tribunal desta Relação, 13
de Maio de 2014.

